



# AS IMPLICAÇÕES DA REORGANIZAÇÃO DA ECONOMIA NO REORDENAMENTO DOS ESTADOS NACIONAIS

*Jacira Helena do Valle Pereira*

Mestre em Educação pela UFMS. Professora do Departamento de Educação do Câmpus de Dourados - UFMS. Atualmente desenvolve o projeto de pesquisa de tese de doutorado *Migração, nacionalismo e educação na fronteira Brasil-Paraguai*, na FEUSP, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Roseli Fischmann.

A “globalização” é hoje um mito que perpassa as iniciativas nacionais. Além disso, a “globalização” produz conseqüências que redundam no agravamento das intolerâncias, das diferenças sociais, dos etnicismos, das xenofobias e dos fundamentalismos. Nesse sentido, o reordenamento do Estado nacional e a dinâmica atual do capitalismo passam a demandar dos indivíduos, das coletividades, dos sindicatos e dos partidos, alternativas (objetivos e programas) para essas problemáticas, visando à superação dos particularismos.

Palavras-chave: Globalização; estado-nação; educação.

---

*“Globalization” is nowadays considered a myth which goes beyond the national purposes unfortunate consequences such as minority issues, social and ethnical differences, xenofobias and religious conflicts have come from “globalization”. As a result, a reorganization of the national state is necessary. The present dynamics of capitalism is starting to demand from society in general, from the labor unions and from alternative parties, objectives and programmes to overcome the mentioned problems.*

*Keywords: Globalization; nation-state; education.*

---

**E**ste artigo focaliza a fase de expansão do capitalismo mundial denominada “globalização”, visando à compreensão das determinações de ordem econômica que incidem atualmente sobre os Estados nacionais. Considera-se Estado nacional um espaço em transformação, com base nas mudanças estruturais da economia e da sociedade. No entanto, é pertinente não superestimar as manifestações internacionais das relações econômicas e financeiras dentro do espaço nacional; elas devem, sim, ser compreendidas dentro da dinâmica do capitalismo. O capitalismo já nasceu como um sistema com tendência à internacionalização e nestes últimos vinte anos, presenciou-se o fortalecimento de fenômenos de ordem econômica que extrapolam o âmbito nacional, tais como: fluxos de capitais, migração de mão-de-obra, ordenação das economias nacionais segundo parâmetros mundiais, política de enfraquecimento dos Estados nacionais; fenômenos de ordem cultural também foram robustecidos, destacando-se dentre eles o revigoramento das identidades étnicas locais. Esses aspectos – econômicos e culturais – do capitalismo fazem da “globalização” um desafio contemporâneo para estudiosos das ciências humanas e sociais.

Assim sendo, este artigo está organizado em dois tópicos articulados: o primeiro apontará as tendências que indicam o novo estágio de internacionalização das economias capitalistas, evidenciando algumas características, a saber: a “globalização”, o crescimento singular do comércio internacional, a concomitante queda das barreiras protecionistas – formação de blocos econômicos –, a cres-

cente presença de empresas transnacionais nos Estados nacionais e o consequente processo de exclusão social. O segundo tópico apresentará as áreas nas quais houve a redefinição do papel e da atuação do Estado, pretendendo-se sinalizar para alguns espaços que ainda demandam a presença do Estado.

## **GLOBALIZAÇÃO OU A VELHA FORMA DE EXPANSÃO CAPITALISTA?**

Este tópico tratará das características contemporâneas do capitalismo, focalizando: a “globalização”<sup>1</sup>, o surgimento das empresas transnacionais, a formação de novos blocos econômicos e a exclusão social. Há outros elementos constitutivos desta fase do capitalismo; no entanto, privilegiaram-se os supramencionados, na tentativa de elucidar as alterações que configuram um novo quadro nos espaços nacionais.

Desde a década de 70, ocorreram mudanças profundas na economia e na sociedade, e convencionou-se chamá-las de “globalização”. A preocupação com a denominação do período tem provocado inúmeras celeumas, algo que, no entanto, se torna pouco relevante na compreensão das mudanças ocorridas; o que interessa é compreender que tipo de alterações econômicas e sociais ocorreram no bojo dessa nova fase do capitalismo e seu impacto no contexto mundial.

Ainda com relação à “globalização”, é relevante considerar que ela não é um fenômeno tão recente, nem tão abrangente como desejam fazer transparecer seus apologistas; o grau de internacionalização apresentado nas últimas décadas tem precedentes históricos: a integração dos mercados mundiais remonta à segunda metade do século XIX - entre 1870 e a Primeira Guerra Mundial, vigorou um sistema econômico aberto, apoiado em comunicação efi-

---

<sup>1</sup> Neste artigo, o termo “globalização” é compreendido como fenômeno ideológico e como tal possui elementos na realidade, havendo fatos que corroboram a idéia, tais como: as inovações tecnológicas, associadas à diminuição dos custos de transporte; a desregulamentação de diversos mercados e a remoção de controles e barreiras, o que tem facilitado a crescente integração comercial e financeira dos mercados nacionais e a internacionalização dos próprios processos de produção em muitos setores. Apesar desses elementos terem uma base empírica, é preciso guardar certo distanciamento das mistificações que envolvem os fenômenos reais. Assim, o termo “globalização” é marcado de controvérsias, demandando sua utilização neste artigo entre aspas, para marcar o distanciamento e um certo grau de ironia.

ciente de longa distância e em meios de transportes industrializados, a saber: cabos submarinos telegráficos intercontinentais e navios a vapor e ferrovias. (HIRST & THOMPSON, 1998 : 09)

A “globalização” é um processo inerente ao capitalismo. Costumeiramente seu conceito está voltado para o grau de interdependência comercial, ou seja, a economia mundial estará mais “globalizada” quanto maior for a parcela da produção mundial a ser comercializada através das fronteiras dos países. No entanto, essa interdependência no comércio exterior não é tão singular; numa comparação histórica, essa dinâmica é relativizada ao se considerar que tal participação pode ser entendida como retorno ao grau de interdependência existente no comércio exterior antes da Primeira Guerra Mundial, resultante de uma longa fase da integração econômica mundial.

*Assim, a cota mundial de exportação em 1913 - na medida em que é de fato possível uma medição adequada para época - encontra-se em torno de pelo menos 12 por cento, isto é, já no nível de 1973, em comparação com os cerca de 5 por cento de meados do século XIX. Em termos meramente quantitativos, portanto a globalização de hoje difere muito menos daquela do início do século XX do que fazem crer as manifestações públicas de muitos observadores. (PAQUÉ, 1996 : 04)*

Entretanto, observam-se nesta etapa do capitalismo alguns novos aspectos (DUPAS, 1998), dentre os quais se destacam:

1. As atividades econômicas dispõem de informações advindas da tecnologia, principalmente a partir dos anos 80; a informação passa a ser uma força aliada do capitalismo;
2. Ocorrência de novas reformulações nas estratégias de produção e distribuição de riquezas. Empresas integradas a *networks* – aquelas que incorporam diferentes empresas em um mesmo projeto - geram uma mobilidade crescente que acelera a fragmentação e a dispersão das cadeias produtivas; a terceirização tornou-se estrutural;
3. A mão-de-obra tornou-se o único fator não móvel da nova ordem capitalista. O emprego formal é uma tendência em queda. Novos espaços são ocupados pelo trabalho flexível e pelas pequenas e médias empresas – inclusive unidades familiares informais. O desemprego tornou-se estrutural; a tendência do capitalismo nessa fase é operar por exclusão, embora ainda venha garantindo a continuidade de sua dinâmica de acumulação;

4. Forças de concentração e fragmentação opõem-se. As cem maiores corporações mundiais detêm 35% do estoque global de investimento diretos e 80% do fluxo de pagamentos internacionais. Os líderes da produção global estão reduzidos a algumas dezenas;

5. A transnacionalização da economia rivaliza com o Estado nacional; os atores neste novo cenário econômico passam a ser os organismos supranacionais- Banco Mundial, FMI, entre outros.

Constata-se que as mudanças supramencionadas referem-se a um *velho conhecido*, o capitalismo, cujas manifestações continuam, na sua essência, as mesmas, espalhando-se por todo o mundo, promovendo embates violentos entre as diferentes camadas da sociedade e criando desigualdades quanto ao acesso às condições essenciais de existência. Contudo, é preciso ressaltar que, como o modo de produção é histórico, sua atuação não possui as mesmas características assumidas nos séculos anteriores, principalmente aquelas instauradas no apogeu das revoluções burguesas.

Nesta fase do capitalismo, destaca-se particularmente uma característica que surgiu a partir dos anos 80, qual seja: o surgimento de corporações globais que possuem a competência de controlar suas atividades simultâneas em vários locais e a prevalência na aquisição de vantagens dos diferentes fatores de produção entre países. Essas transnacionais<sup>2</sup>, possuidoras da capacidade de flexibilização geográfica e deslocamento de seus recursos e operações em escala global, reuniram as condições fundamentais quanto aos modelos de gestão que se encontram em pauta nos anos 90.

---

<sup>2</sup> Entende-se ser necessária a distinção entre multinacionais e transnacionais, em razão da compreensão de que atualmente as empresas estão desterritorializadas e agindo independentemente dos Estados nacionais, portanto, mais identificadas com o modelo das transnacionais. “A (operação) empresa transnacional é um meio de coordenar a produção a partir, de um centro estratégico de tomada de decisão, quando essa decisão toma uma firme direção transfronteira”. (DUPAS, 1999 : 47). Quanto às multinacionais, elas preservam uma nítida base de origem nacional: estão sujeitas à regulação nacional do país-mãe e de modo geral são efetivamente controladas pelo país de origem. (HIRST & THOMPSON, 1998 : 25). Para HIRST & THOMPSON, as empresas internacionais ainda são predominantemente multinacionais e não transnacionais. As multinacionais ainda contam com sua “base de origem” como o centro das atividades econômicas, apesar de todas as especulações sobre a “globalização”. (1998 : 146). No entanto, neste artigo entende-se que hoje o crescimento das empresas multinacionais resultou nas transnacionais.

As empresas transnacionais construíram a parte própria de suas cadeias globais de produção fundamentalmente com investimentos diretos, seja por aquisição de capacidade instalada, seja por construção de novas fábricas ou sua ampliação. Como foi mencionado, a empresa transnacional caracteriza-se por uma intensa capacidade de deslocamento da cadeia produtiva para países que oferecem melhores condições de produção; em suma, para a empresa transnacional as linhas que demarcam os atuais territórios dos Estados nacionais são facilmente transponíveis.

*As grandes corporações, apesar de manterem sedes nacionais, perderam em parte a identificação com o seu país de origem. A lógica das transnacionais transcende a das fronteiras nacionais. Isso faz que, em parte, essas corporações possam adotar atitudes que “ferem” os Estados-nação nos quais desenvolvem suas atividades (sejam eles sedes ou hospedeiros). Ao terem poder de deslocar indústrias inteiras de produção para outras localidades <sup>3</sup>/<sub>4</sub>ou adotar um sistema de subcontratação internacional elas ganham um poder de barganha importante na hora de negociar impostos ou benefícios, leis ambientais e regimes de trabalho com os governos sede e com os governos que pleiteiam a sua presença. (DUPAS, 1999 : 111)*

Ainda nesta nova fase do capitalismo, outra característica significativa é a formação dos blocos regionais, que tem efeitos significativos na formação de cadeias globais, em razão dos investimentos diretos nos países da mesma região. Entretanto, importa considerar que a formação de blocos regionais é manifestação contraditória da “globalização”, na medida em que se apresenta como fase intermediária e reativa a esse mesmo processo. Nos blocos econômicos e comerciais de caráter regional, tais como: União Européia, Nafta e Mercosul, os Estados membros possuem privilégios negados aos de “fora”, principalmente no que se refere aos acordos econômicos e atividades pertinentes à esfera social, como as políticas de cultura e educação. Segundo VALENTE:

*No entanto, pode-se pensar que esses blocos regionais não seriam senão uma fase intermediária em direção a uma sociedade globalizada, dominada por empresas transnacionais que operam e decidem em escala planetária. Do mesmo modo, os sistemas regionais enquanto manifestações reativas à globalização embutem, eles mesmos, a reação dos Estados-membros à sua organização. É nessa perspectiva que se pode compreender por que a globalização tem sido interpretada como um processo que desafia o poder e a autoridade tradicional do Estado nacional, na medida em que a crescente interdependência em matéria de negócios parece colocar em risco a sua capacidade de controlar as decisões básicas das quais depende seu futuro. (1998 : 61)*

Pode se compreender que esses processos globais transcendem os grupos, as classes sociais e as nações, ou seja, são processos definidos pelo modo de regulamentação<sup>3</sup>, embora se saiba que o capitalismo articula-se de formas diferentes. A constituição de blocos econômicos é a expressão concreta desse regime de acumulação. Como foi observado anteriormente, a “globalização” é também oposta à tendência de formação de blocos econômicos e comerciais.

*A política dos blocos encerra significação contraditória no que se refere ao comércio mundial. Por um lado, contribui para incentivá-lo, na medida em que intensifica o intercâmbio entre os membros do bloco, e deste com parceiros externos. Por outro lado, porém, permite a prática protecionista do bloco em conjunto diante dos outros blocos e, em geral, de países de fora, desta maneira conduzindo a um desvio de comércio.* (GORENDER, 1998 : 83)

É notório que a “globalização” defenda a retirada de barreiras econômicas para o livre comércio de mercadorias, dispensando o controle estatal. A defesa da livre concorrência supõe uma correlação de forças econômicas igualitárias. No entanto, tendo sido historicamente comprovado que tal igualdade é improvável, para remediar as desigualdades supostamente temporárias são constituídos os blocos econômicos.

Dentro dos blocos econômicos há a presença de políticas protecionistas, que negam o ideário da livre iniciativa. Curiosamente essa organização em blocos estaria sendo defendida a fim de viabilizar o ingresso dos países membros em uma economia globalizada. Desta forma, é possível compreender o caráter opositivo e intermediário dos blocos econômicos ante a “globalização”.

*Contudo, a tendência dominante imposta pela globalização parece definir as manifestações de resistência nacionais ante os blocos econômicos, num primeiro momento à si mesma, num outro, como outras fases intermediárias rumo à sua hegemonia.* (VALENTE, 1998 : 62)

---

<sup>3</sup> O termo regulação normalmente tem sido utilizado em vários contextos neste caso, utiliza-se o proposto por AGLIETTA apud FRONTANA: “Falar de regulação de um modo de produção é tentar expressar, mediante leis gerais [que sejam socialmente determinada e cujas condições históricas de validade sejam claramente identificada], como se reproduz a estrutura determinante de uma sociedade. Ou num sentido mais estrito, “a regulação do capitalismo (...) é o estudo da transformação das relações sociais que dá lugar a novas formas econômicas e não-econômicas simultaneamente; essas formas estão organizadas em estruturas e reproduzem uma estrutura dominante, o modo de produção”. (1996 : 30)

As empresas transnacionais também tiram proveito dos blocos econômicos, principalmente no que tange às decisões estratégicas na formação de suas cadeias globais e sobre suas políticas de investimento direto.

Quanto ao futuro dos blocos econômicos, DUPAS (1999) apresenta posição paradoxal à apresentada por HIRST & THOMPSON (1998 : 308), que creditam à formação dos blocos comerciais e econômicos supranacionais o elemento mais significativo e duradouro surgido após os anos 70. Ao contrário, DUPAS entende que os blocos são o último baluarte dos Estados nacionais, visando a estabelecer políticas protecionistas temporárias que aumentem a participação de suas empresas multinacionais no mercado; para ele, os acordos globais de livre comércio em pouco tempo esvaziarão a lógica dos blocos.

A formação de blocos e a “globalização” não são aceitáveis sem contestação; para os defensores do Estado nacional – os nacionalistas –, suas ideologias – os nacionalismos – originaram-se como ideologia legitimadora da fundação do Estado nacional; nesta nova etapa do capitalismo, essas ideologias opõem-se à homogeneização enunciada pela “globalização”. Os nacionalismos fundamentam-se num discurso que valoriza as culturas individuais e os direitos das pessoas decidirem o seu destino político.

*É possível distinguir duas importantes reações ao processo de globalização. A primeira, assinala a resistência “local” à homogeneização que produz a exacerbação de um sentimento de insegurança, junto a um medo de perda da própria identidade nacional. Nesse contexto, o nacionalismo surgiu como um movimento secular e global que defende o direito de ser diferente. Afeta os estados nacionais, assim como as minorias nacionais que lutam pela autonomia. A segunda resposta à globalização tem suas raízes no Terceiro Mundo. Seu nome é fundamentalismo islâmico. A globalização possibilita constantes interações entre remotas partes do mundo, mas também põe em relevo, de um modo recorrente, que um mundo “global” não é um mundo “igual”. As desigualdades são evidenciadas de forma contínua. Elas afetam a distribuição de recursos e da riqueza em geral, o poder militar e o número de escolhas disponíveis aos indivíduos que vivem em diferentes regiões. (GUIBENAU, 1997 : 146)*

Desta forma, evidencia-se que as conseqüências da “globalização” giram em torno: do agravamento das intolerâncias, das diferenças sociais, dos etnicismos, das xenofobias e dos fundamentalismos. Considerando que nem no passado, quando a sociedade nacional estava organizada, problemas concretos, regionalismos e provincianismos foram devidamente resolvidos, imagina-se que agora, com o reordenamento do Estado nacional e a dinâmica atual do capita-

lismo, essas questões passem a solicitar alternativas, objetivos e programas – por parte dos indivíduos, das coletividades, dos sindicatos e dos partidos – que visem à superação dos particularismos.

A “globalização” configurou também um quadro revelador da feroz *anomia* manifesta por muitos homens e mulheres que lutam para encontrar um conjunto de valores em torno dos quais possam organizar suas vidas. Em suma, presenciamos uma significativa exaltação dos argumentos nacionalistas pela preservação da integridade e identidade do Estado nacional.

Considerando os elementos sinalizadores da reorganização da economia e a conseqüente redefinição do papel dos atuais Estados nacionais, é plausível a preocupação com a população e a construção de suas referências - principalmente a identidade nacional. Octávio IANNI (1996: 239 e 241), ao escrever sobre a sociedade global, assevera que nas últimas décadas “o capitalismo se tornou um modo de produção global” e que, além disso, como processo civilizatório, ele “desenvolve e mundializa instituições, padrões e valores culturais, formas de agir, sentir, pensar e imaginar”, ou seja, o capitalismo é capaz de reformular até mesmo a identificação com a nação. Entretanto, essa posição não é nova, sem querer tergiversar acerca do argumento de que todas as sociedades anteriores sofreram algumas conseqüências da “globalização”, ou seja, foram impactadas pelas mudanças de seu tempo, embora se saiba que, hoje com o poder e a velocidade de propagação da comunicação, os acontecimentos são conhecidos imediatamente em qualquer parte do planeta.

Outro elemento que demanda atenção quanto à redefinição do papel dos Estados nacionais é o território, ou melhor, a desterritorialização anunciada pela “globalização”.

*Os Estados-nação não devem mais ser vistos como poderes ‘governantes’, capazes de impor resultados em todas as dimensões da política dentro de um determinado território por meio de sua própria autoridade, mas como locais a partir dos quais formas de governabilidade podem ser propostas, legitimadas e monitoradas. Os Estados-nação são, agora, simplesmente uma classe de poderes e de agências políticas em um sistema de poder complexo dos níveis mundiais aos locais, mas têm uma centralidade devido à sua relação com o território e a população.* (HIRST & THOMPSON, 1998 : 294)

As repercussões ocasionadas pela “globalização”, e delineadas neste texto, revelam ainda as formas paradoxais que se encontram no contexto atual:

1. Os Estados nacionais vivem uma relação tensa e contraditória com a transnacionalização dos processos produtivos. Neste caso, debilita-se a capacidade do Estado em implementar políticas próprias, originando implicações relacionadas à dimensão “externa” da soberania e “interna” do território, capazes de gerar uma população de excluídos.

2. Os Estados tornaram-se, ao mesmo tempo, amplos e pequenos, particularmente no que se refere às dimensões do processo de trabalho, haja vista a crescente exclusão de trabalhadores, que não se deu exclusivamente pelo desenvolvimento tecnológico, mas também por uma correlação de forças amplamente favorável ao capital. Não somente se restringiu o número de trabalhadores, mas também foram estabelecidas novas formas de controle que ultrapassam os limites dos espaços da produção. Ainda com relação ao desenvolvimento tecnológico, este ocasiona uma exclusão seletiva dos trabalhadores: exclui a mão-de-obra menos qualificada ao impor novas exigências, novos conhecimentos e habilidades. A produção industrial atua dentro de uma lógica que objetiva ser: mais moderna, mais capital intensiva e mais poupadora de mão-de-obra. Outra vantagem para o capital é sua mais nova capacidade de “desterritorializar-se” em busca de exploração do trabalho em áreas, até então, não tradicionalmente incluídas no processo produtivo, tais como: Malásia, Taiwan, Indonésia e Paquistão – este último país tem se destacado inclusive graças à presença da Nike.

3. Assim, os Estados tiveram seu âmbito de atuação reduzido em relação às políticas sociais<sup>4</sup>. Considerando a questão do trabalho como uma atribuição pertinente ao Estado burguês, não se trata de aventar a busca de um pretense “bem comum”, mas sim de resgatar uma função inclusiva para aqueles que estão ficando à margem da sociedade nacional. (ALMEIDA, 1997 : 181-82-83)

---

<sup>4</sup> Conforme VIEIRA, “*A política social consiste em estratégia governamental e normalmente se exhibe em forma de relações jurídicas e políticas, não podendo ser compreendida por si mesma. Não se definindo a si, nem resultando apenas do desabrochar do espírito humano, a política social é uma maneira de expressar as relações sociais, cujas raízes se localizam no mundo da produção.*” (1992 : 22)

O processo de exclusão<sup>5</sup> é provavelmente o componente mais perverso do atual estágio capitalista. Na era da “globalização”, depara-se com uma superpopulação no planeta, resultante de um processo que, longe de ser unidimensional, é extremamente complexo e contraditório. A configuração concreta desse processo, em cada formação social, depende – mais uma vez – das lutas de classes, em particular dos impactos que elas produzem sobre as distintas esferas das relações sociais; conforme a correlação de forças internas e externas a cada formação social, podem ser desativados (ou não) setores inteiros da economia.

O fato de o trabalhador estar diretamente “incluído” no processo de produção não assegura, por si só, a garantia de direitos de proteção social. Observem-se exemplos empíricos do que vai sendo colocado: a exploração, direta ou indireta, por empresas transnacionais do trabalho infantil; as extensas jornadas de trabalho com ínfima remuneração às quais estão sujeitos os trabalhadores de algumas transnacionais; ou ainda, a situação de dependência pessoal no interior das modernas corporações japonesas. Ao Estado cabe implementar políticas que, em um período marcado pela ausência de alternativas concretas ao capitalismo em crise, garantam algum tipo de proteção social àqueles que estão à margem do processo produtivo.

De um modo geral, os países pobres vêm sendo penalizados, principalmente com as políticas empreendidas pelos países ricos via organismos internacionais. A população sofre as inúmeras conseqüências dessa ingerência. A análise de BRUNO, referente às políticas sociais, contribui para a explicitação da situação miserável a que a população dos países em desenvolvimento está sendo submetida.

*O elemento agravante deste quadro social é que nestes países ou regiões, onde a família atinge os extremos da miséria e os pais são incapazes de formar ou até mesmo de proteger seus filhos, é exatamente onde recai sobre a esfera familiar a maior responsabilidade pela formação das novas gerações da classe trabalhadora, já que as políticas sociais do Estado são precárias, os sistemas de ensino inoperantes para esses segmentos mais pobres da população e o meio social existente extremamente hostil. (1996 : 109)*

---

<sup>5</sup> Exclusão social é entendida neste artigo com o mesmo sentido adotado por DUPAS (1999), ou seja, como exclusão efetiva que enfatiza a renda, a inserção ocupacional, a etnia e o gênero (à medida que estes impliquem discriminação), as condições de moradia, a condição de cidadania. DUPAS adota uma perspectiva econômica para tratar da exclusão. (p.24)

Essa análise confirma que nos países em desenvolvimento vigoram as formas mais ortodoxas de aplicação dos princípios liberais, referindo-se, nesse caso em especial, ao individualismo. CUNHA, ao tratar dos princípios do liberalismo, expõe a ótica liberal referente ao princípio do individualismo: “Se a autoridade não limita nem tolhe os indivíduos, mas, ao contrário, permite a todos o desenvolvimento de suas potencialidades, **o único responsável pelo sucesso ou fracasso social de cada um é o próprio indivíduo e não a organização social**”.(1983 : 29; grifo nosso). Nesse sentido, conclui-se que os países em desenvolvimento sofrem a retração do Estado e a cessão de espaços ao capital privado, tanto na esfera econômica como na de bem-estar social<sup>6</sup>.

Neste tópico explicitaram-se alguns elementos característicos da fase denominada por alguns apologistas do capitalismo de “globalização”, na tentativa de compreender os nexos e os paradoxos que afloram na complexidade da sociedade atual.

## **O REDESENHO DOS ESPAÇOS ECONÔMICO E POLÍTICO DOS ESTADOS NACIONAIS NA FASE DE TRANSNACIONALIZAÇÃO DO CAPITALISMO**

O objetivo deste tópico é apresentar elementos elucidativos acerca dos novos desempenhos exigidos dos atuais Estados nacionais. Assim, descrever-se-ão e analisar-se-ão as divergentes posições em relação à presença do Estado na economia e na política. Por último, indicar-se-ão os desafios para o futuro dos Estados nacionais.

Os Estados nacionais tiveram o seu âmbito de atuação reduzido por diversos elementos apontados no tópico anterior, dentre os quais destacam-se: o enfraquecimento da estrutura orçamentária do Estado; a despolitização ocasionada pelo fim da guerra fria – em decorrência dos grandes problemas de alinhamento ideológico acarretados - e a ineficiência dos serviços e empresas públicas que durante anos foram sendo “sucateadas” com o propósito de tornarem-se passíveis de venda ao capital privado.

---

<sup>6</sup> Confira, a propósito da análise sobre a influência dos organismos internacionais nos países pobres, LAURELL, Asa Cristina (org.). *Estado e políticas sociais no neoliberalismo*. Trad. Rodrigo León Contrera. São Paulo : Cortez, 1995.

Em geral, considera-se como o elemento mais relevante na sinalização de mudanças na forma de atuação do Estado o esgotamento do Estado de bem-estar social, corroborando a denominada crise do keynesianismo<sup>7</sup>, ocasionada pelas políticas de administração de demanda.

Conseqüentemente, o mercado<sup>8</sup> expandiu-se, dando a impressão de ser a instância reguladora por excelência das relações econômicas e sociais no capitalismo contemporâneo. Contudo, a presença do mercado nas relações supramencionadas merece sempre ser relativizada, para que não se incorra no risco de afirmar, prematuramente, o desaparecimento por completo da regulação estatal.

É fundamental refletir com clareza suficiente para que se visualize no mercado um sistema regulador essencial para uma série de áreas; com isso, no entanto, não se trata de “endeusá-lo”, mas sim de delimitar o seu alcance regulador. À sociedade cabe a proposição de mecanismos de regulação de ordem macroestrutural, referentes tanto ao poder político quanto ao poder econômico.

Não se trata também de ressuscitar a “teoria de economia mista”, criada para a administração econômica de nível nacional. Urge que se engendre uma nova teoria capaz de reconhecer que muitos aspectos das atividades econômicas não estão mais sob o controle nacional direto e que um ambiente internacional transformado necessita de novas estratégias e instituições. (HIRST & THOMPSON, 1998)

A presença do Estado nacional no controle dos mercados é imprescindível, como já foi observado. “Os Estados não são como mercados; são comuni-

---

<sup>7</sup> Keynesianismo: refere-se à teoria macroeconômica de John Maynard Keynes (1883-1946). Essa teoria propõe a harmonização da propriedade privada dos meios de produção com a gestão democrática da economia. Essa combinação entre democracia e capitalismo é que originou o capitalismo democrático, adotado pela esquerda como reação aos conservadores. Segundo o keynesianismo, o consumo é a força motriz da produção. Os compromissos keynesianos eram o de pleno emprego (por meio da administração da demanda) e de igualdade (por intermédio do oferecimento de serviços sociais). A proposta de mudança mais significativa dessa teoria foi a de que, ao se estabelecer o compromisso entre capitalismo e democracia, ficassem reduzidas as possibilidades do capital obter lucro às custas da classe trabalhadora.

<sup>8</sup> Mercado é uma palavra usada com sentido impreciso. Por vezes entende-se que o mercado (livre concorrência) é capaz de alocar os recursos de modo mais eficiente; n’outras vezes, o mercado (oferta e demanda) é capaz de prover a sociedade com melhor justiça distributiva. Por fim, o mercado é entendido quase sempre como *locus* de livre concorrência e contrapõe-se à regulação estatal. Confira, a propósito do assunto, DOWBOR (1998).

dades predestinadas, que juntam atores que compartilham interesses comuns no êxito ou no fracasso de suas economias nacionais. Os mercados podem ou não ser internacionais, mas a riqueza e a prosperidade econômica ainda são essencialmente um fenômeno nacional”. (HIRST & THOMPSON, 1998 : 225)

Outro elemento que sinaliza rumo à redefinição do papel do Estado é a crise iniciada nos anos 70 e os seus desdobramentos, que abriram espaços para os defensores do Estado mínimo; a principal alegação para essa defesa foi a de que o Estado nacional era um gestor incapaz. Assim, os Estados passaram a rever seus espaços de atuação, tornando, entre outras medidas, eficaz o ciclo de privatização que redesenhou a infra-estrutura de vários países com a suposta intenção de viabilizar a queda dos custos administrativos, além de propiciar a saída progressiva dos Estados nacionais da função de produtores de bens e serviços. É bem verdade que ocorreram quedas das taxas de crescimento da produção e da produtividade na economia mundial, principalmente nos países capitalistas desenvolvidos. Como é possível visualizar na tabela 1, a taxa de crescimento do PIB mundial caiu significativamente a partir da década de 70.

### TABELA 1

Produto Interno bruto - 1960/1992  
Taxa de Crescimento Média Anual (%)

PERÍODO	MUNDO	PAÍSES INDUSTRIALIZADOS
1960/64	4,94	4,94
1965/69	4,96	4,88
1970/74	4,14	3,62
1975/79	3,80	3,12
1980/84	2,40	1,86
1985/89	3,82	3,36
1990/92	2,53	1,50

Fonte: FMI, Estadísticas Financieras Internacionales. Anuário, 1986 e 1994. As médias anuais para PIB - mundo e países industrializados - são aritméticas e contém erro não significativo se comparado com a média geométrica. (apud GORENDER, 1998 : 76)

A retirada do Estado, a partir dos anos 80, de determinados espaços de proteção social inevitavelmente recebeu pressões da sociedade civil que reivindicou a garantia de direitos sociais às populações carentes. Nos países onde a sociedade estava mais organizada, ocorreram demonstrações de resistência às políticas privatistas.

Quanto ao papel a ser desempenhado pelo Estado-nação sob a égide desta nova etapa de internacionalização do capital, trata-se de um terreno escorregadio, em parte porque a ideologia liberal faz apologia da “globalização”, conseqüentemente atribuindo aos Estados nacionais o papel de réu do processo em curso. Em decorrência desse entendimento, duas posições têm se destacado: uma que enfatiza a necessidade de revigorar e bem conduzir o Estado nacional, de modo que ele possa ou se confrontar com o grande capital internacional ou, pelo menos, chegar a estabelecer relações mais favoráveis com este e conseguir uma boa inserção na nova ordem. A outra posição atribui pouca importância ao Estado-nação, tendendo a valorizar o poder local.

Em ambas as posições o Estado é questionado pela “globalização”. Quando ambas desconsideram o caráter de classe dos atuais Estados nacionais, correm o risco de perder de vista o importante papel desempenhado por eles nesta fase da transnacionalização do capitalismo. *Grosso modo*, o processo de “globalização” não foi capaz de apresentar uma redefinição das estatais de modo que elas fossem transformadas em instâncias administrativas voltadas para a realização do bem comum. (ALMEIDA, 1997 : 178)

Como se observa, as posições em relação à presença do Estado na economia e na política são extremamente controversas. Logo, ao orientar-se por alguns autores que embasaram a discussão referente ao capitalismo contemporâneo, discutida no tópico I, este artigo caminha na tentativa de descrever e analisar algumas idéias acerca da presença ou não do Estado na economia e na política.

SINGER (1997 : 125), ao analisar a atual crise posta pelo ideário liberal econômico e o papel que os Estados nacionais tendem a desempenhar na sociedade moderna, sustenta a necessidade de o Estado conservar sua presença em relação ao bem-estar dos cidadãos e a necessidade, mais do que nunca, de sua manutenção como planejador do desenvolvimento econômico e social. No entanto, no estudo de SINGER, é preciso que se faça uma ressalva no que tange a sua crença na viabilidade da política de *welfare state*: inicialmente é significativo considerar que essa política não atuou sobre as questões centrais, as das dificuldades e contradições inerentes ao capital, centradas na relação capital e trabalho; o *welfare state* apenas conseguiu regular o capitalismo, concedendo-lhe um fôlego a mais.

DUPAS (1999) considera que os Estados não têm muitas alternativas quanto ao seu futuro, senão aquela de atrair as transnacionais, de forma que se garanta o emprego e as receitas do país. “As conclusões são claras: no mundo globalizado, a intervenção do mercado tem de ser combinada com a intervenção do Estado. A questão é determinar o papel e a efetividade do estado. O desenvolvimento requer um Estado atuante e catalisador, facilitando, encorajando e regulando os negócios privados” (p.113). Desse ponto de vista, as políticas públicas devem atuar efetivamente com o fito de garantir os direitos fundamentais à população, a saber: a definição de uma base legal; a manutenção da estabilidade econômica; investimentos em serviços sociais básicos e infraestrutura; o amparo aos vulneráveis e a proteção ao meio ambiente.

DRUKER (apud DUPAS, 1999), pautado numa concepção conservadora, considera que os Estados nacionais têm resistido à “globalização” da economia, visto que ela estaria impondo a esses Estados novas e mais rigorosas exigências. Caberia, portanto, a eles a execução de políticas fiscais e monetárias que evitassem a dependência dos países do volátil fluxo financeiro internacional de curto prazo, destinado a cobrir seus déficits.

Essa posição, revisitada<sup>9</sup> por DRUKER nos anos 90, é de uma atualidade premente: hoje o foco da crise do capitalismo não é mais aquele que possibilitou ao Estado de bem-estar social a demanda efetiva; depara-se com uma crise fiscal que ameaça a estabilização dos sistemas monetários.

HIRST & THOMPSON entendem que os Estados não podem mais ser vistos como poderes “governantes” capazes de impor resultados em todas as dimensões da política dentro de um determinado território; eles devem, sim, ser compreendidos como locais a partir dos quais formas de governabilidade podem ser propostas, legitimadas e monitoradas. “Os Estados-nação são, agora, simplesmente uma classe de poderes e de agências políticas em um sistema de

---

<sup>9</sup> Segundo DUPAS, DRUKER, em seus estudos na década de 80, apontava que ao governo caberia tão-somente: o monopólio da defesa e das armas nacionais; a garantia da manutenção das leis, da ordem, da justiça e da segurança e o estabelecimento de um conjunto de regras básicas para permitir aos agentes econômicos movimentarem-se livremente. Quanto às empresas transnacionais, DRUKER atribuía a elas a função de serem os novos agentes globais, ou seja, elas teriam de providenciar, de modo eficiente, os benefícios sociais que os Estados nacionais fadados ao encolhimento com a globalização não conseguiriam prover. (1999 : 96)

poder complexo dos níveis mundiais aos locais, mas têm uma centralidade devido à sua relação com o território e a população” (1998 : 294). Para HIRST & THOMPSON, os Estados nacionais estão cada vez mais fortalecidos pelos processos de internacionalização.

Embora os estudos supramencionados possuam matrizes teóricas distintas, todos corroboram a idéia de que o Estado tem a necessidade de transformar e fortalecer seu novo papel. Se para alguns a reformulação deve estar voltada para o campo econômico, para outros a atuação do Estado deve encaminhar-se para o político, ou seja, para a formulação de políticas sociais viáveis, com o intuito de extinguir a exclusão. Nesse sentido, o Estado deve financiar as políticas e estimular a sociedade a apoiá-las, bem como fiscalizar o cumprimento dos acordos e dos compromissos assumidos.

Os Estados ainda são necessários? Sim, porque é preciso manter regras em diferentes setores: na economia, nas políticas sociais, na comunicação, na informática, na manipulação genética – veja-se, por exemplo, os transgênicos a exigirem rigorosos limites.

Quanto ao futuro dos Estados nacionais, DOWBOR observa que se faz necessário entender outras formas de organização política para sustentar o Estado; trata-se de fortalecer o “tripé” de sustentação dos interesses públicos, dos partidos, dos sindicatos e das comunidades organizadas; segundo o autor, essa proposta é mais profícua que os modelos centrados exclusivamente nos partidos. “Em outros termos, estamos assistindo a um processo amplo de deslocamento dos espaços de administração pública, e devemos repensar de forma geral a hierarquia de decisões que concernem o nosso desenvolvimento”. (1996 : 30)

Em outro estudo, ainda discutindo o futuro do Estado-nação, DOWBOR (1998) ratifica a presença das organizações da sociedade civil e a sua tarefa de fiscalizar os espaços públicos, sejam eles estatais ou não-estatais. Para o autor, é inevitável a redução do Estado, contudo, não se trata da defesa ou não de sua redução, mas de, efetivamente, não ficar à espera do “reequilíbrio espontâneo” de mecanismos de mercado que têm cada vez menos espaço; se existe inércia diante do mercado, seguramente caminhar-se-á ao encontro do que tem sido chamado de “catástrofe em câmara lenta”. “O eixo do problema não está na relação privado/estatal, e sim na relação poder/sociedade civil, poder incluindo aqui o poder privado das grandes empresas” (1998 : 211).

*Não se trata de um raciocínio fácil para a esquerda, que desde a emergência de uma visão socialista cientificamente organizada com Marx, se debate com a contradição de querer ao mesmo tempo mais Estado e menos Estado. O fim da nossa profunda divisão de classes permitiria evoluir para o fim do Estado, mas o caminho seria mais Estado, para se contrapor ao poder político do setor privado. Na realidade, queremos menos Estado, e mais setor público. Com a crescente compreensão da função do setor público não-estatal, e das organizações da sociedade civil em geral, as coisas estão recuperando a lógica. Queremos menos Estado sim, e queremos um setor privado que funcione, mas queremos que tanto um como outro estejam sujeitos ao controle da comunidade organizada. Não se trata de ser simplesmente cliente do setor privado, e usuário do setor Estatal (...). (DOWBOR, 1998 : 211)*

Considerando todos os elementos discutidos neste artigo, procurou-se apresentá-los como meios possíveis para se compreender o atual estágio capitalista, almejando, como principal objetivo, a superação da polarização entre estatismo e liberalismo. Desse ponto de vista, buscou-se não defender a presença preponderante na sociedade nem do Estado, nem do mercado, mas indicar que a atuação de ambos, hoje, não é mais a mesma e que os dois ocupam espaços imprescindíveis nesta nova etapa do capitalismo. A superação daquilo que foi o pomo de discórdia num passado não muito distante remete à maior presença da sociedade organizada no controle dos novos espaços públicos estatais ou não-estatais. A compreensão do papel do Estado na fase de transnacionalização evidencia que as decisões estão sendo definidas fora do aparelho do Estado; este somente tem sido chamado para implementá-las.

Considere-se, ainda, a demanda por estudos empíricos a fim de corroborar que ao Estado contemporâneo cabe modificar-se profundamente, transformar-se e fortalecer-se para o desempenho de novos papéis em um novo cenário mundial. Aquele Estado surgido na era moderna já não pode seguir o mesmo *script*; ao contrário, no estágio avançado de internacionalização de mercados, a riqueza ou a pobreza e a prosperidade ou a precarização serão sempre fenômenos nacionais e locais à espera de uma ação.

## BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Lúcio Flávio de. Entre o local e o global: poder e política na atual fase de transnacionalização do capitalismo. In: DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octávio; RESENDE, Paulo-Edgar A. (orgs.). *Desafios da globalização*. Petrópolis : Vozes, 1997.

- BATISTA JR, Paulo Nogueira. O círculo de giz da “globalização”. In: *Novos Estudos*, São Paulo, n.49, p. 84-97, nov. 1997.
- BRUNO, Lúcia. Trabalho, qualificação e desenvolvimento econômico. In: BRUNO, Lúcia (org.). *Educação e trabalho no capitalismo contemporâneo*. São Paulo : Atlas, 1996.
- CABANES, Robert. A sociologia e a antropologia do trabalho no contexto da mundialização. In: *Revista Latinoamericana de Estudos do Trabalho*, ano 3, n.5, p. 116-128, 1997. (Trabalho e Sociedade. Desafios Teóricos)
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. Trad. Silvana Finzi Foá. São Paulo : Xamã, 1996.
- CUNHA, Luiz Antonio. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. 7 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
- DOWBOR, Ladislau. *A reprodução social*. Propostas para uma gestão descentralizada. Petrópolis : Vozes, 1998.
- . Governabilidade e descentralização .In: *São Paulo em Perspectiva*, SEADE, São Paulo, v.10, n.3, jul./set. 1996.
- DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octávio; RESENDE, Paulo-Edgar A. (orgs.). *Desafios da globalização*. Petrópolis : Vozes, 1997.
- DUPAS, Gilberto. A lógica da economia global e a exclusão social. In: *Revista Estudos Avançados/USP*, São Paulo, n.34, p. 121-129, set./dez. 1998.
- . *Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo*. São Paulo : Paz e Terra, 1999.
- FRONTANA, A . V. *As concepções regulacionistas e pós-keynesiana do processo de crise financeira e a interpretação da experiência brasileira*. 1964-1989. São Paulo, 1996. Dissertação – FEA, Universidade de São Paulo.
- GUIBENAU Montserrat. *Nacionalismos*. O estado-nacional e o nacionalismo no séc. XX. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editores 1997.
- GORENDER, Jacob. Estratégias dos estados nacionais diante do processo de globalização. In: GADELHA, Regina Maria Fonseca (org.). *Globalização, metropolização e políticas neoliberais*. São Paulo : Educ, 1997.
- HIRST, Paul & THOMPSON, Grahame. *Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade*. Rio de Janeiro : Vozes, 1998. (Coleção zero à esquerda).
- HOBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1990.
- IANNI, Octávio. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1996.
- . *O labirinto latino-americano*. Petrópolis : Vozes, 1993.
- PAQUÉ, Karl Heinz. A reestruturação econômica mundial e suas conseqüências. In: *O Trabalho em Extinção?* Traduções n.º 10. São Paulo : Centro de Estudos da Fundação Konrad Adenauer, 1996.
- SINGER, Paul. O papel do estado e as políticas neoliberais. In: GADELHA, Regina Maria Fonseca. (org.). *Globalização, metropolização e políticas neoliberais*. São Paulo : Educ, 1997.
- VALENTE, Ana Lúcia E.F. *Educação e diversidade cultural*. São Paulo : Moderna, 1998. (no prelo).
- VIEIRA, Evaldo. *Democracia e Política Social*. São Paulo : Cortez, 1992. (Coleção polêmicas do nosso tempo; v.49).